

Identificação de Ações ou Medidas e Linhas de Ação a desenvolver pelo GTT EC da CCV

(D2 do plano de trabalhos do GTT EC)

O Grupo de Trabalho Temático Energia e Clima (GTT EC) considerou, no arranque do seu funcionamento, que para um exercício eficaz da missão de aconselhamento do governo, na execução de ações que promovam a obtenção de resultados no Crescimento Verde, seria importante consensualizar prioridades, partindo dos contributos das entidades representadas na Coligação para o Crescimento Verde, doravante designada por Coligação.

Começou-se por visitar o Compromisso para o Crescimento Verde (CCV), para avaliar a formulação das iniciativas e clarificar o âmbito da sua abrangência. Esta consolidação de conteúdos e indicadores de sucesso correspondeu a uma fase prévia de que resultou o documento denominado D1 (atualização das iniciativas EC do CCV).

Em paralelo, os Pontos Focais para o Acompanhamento das iniciativas identificaram as “fontes, parâmetros e frequência de monitorização” disponíveis para a avaliação dos indicadores de sucesso, de que resultou a primeira versão do documento denominado DCS1 (Documento Suplementar de Suporte à Monitorização das Iniciativas).

Procedeu-se depois à identificação de ações ou medidas (previstas ou em curso) que possam contribuir para os resultados das iniciativas, na elaboração do documento D2. O presente documento, D2, constitui conjuntamente com o documento D1, suporte para o desenho do plano de trabalhos para 2016-2017, e para o planeamento das ações a curto, médio e longo prazo, para submeter à aprovação da Coligação, em reunião plenária.

Tendo em conta as novas orientações da tutela, anunciadas no plenário da Coligação de 12 de Setembro de 2016, no sentido de dar prioridade à transição para uma economia circular, redirecionaram-se os esforços no sentido de encontrar, nas iniciativas EC, os pontos onde se pode associar a criação de valor (poupando, recuperando, restaurando ou regenerando recursos) e identificar oportunidades que contribuam para os objetivos do Crescimento Verde focalizados na Economia Circular.

A identificação detalhada das ações ou medidas que possam contribuir para os resultados das 16 iniciativas previstas no CCV para Energia e Clima constam da tabela em anexo. A análise efetuada permite também associar uma escala temporal ao desenvolvimento das iniciativas, deixando antever desde já o que pode ser considerado vantajoso para o curto, médio e longo prazo – indicativamente para o horizonte temporal 2016/2017, 2020 e 2030, respetivamente.

Do trabalho desenvolvido o GTT considera importante assinalar os seguintes tópicos:

- iniciativas EC com potencial para gerar projetos em alinhamento com a Economia Circular e o Crescimento Verde;
- sinergias com outras temáticas já cobertas pelo CCV a explorar;



Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	Plenário	Identificação de Ações ou Medidas e Linhas de Ação	59	18/05/2017

- necessidade de clarificar as possibilidades de apoio a projetos no atual período de programação financeira;

- algumas iniciativas podem necessitar de desenvolvimento, capacitação ou suporte à sua implementação de modo a melhorar o desempenho dos intervenientes e os resultados esperados a curto e a médio prazo.

Estes tópicos constituirão as **linhas de ação para aprofundar em 2017**.

Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	Plenário	Identificação de Ações ou Medidas e Linhas de Ação	59	18/05/2017

Ref.ª	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para	Identifique, na perspetiva da sua organização, oportunidades, lacunas, constrangimentos ou dificuldades de implementação/execução Oportunidades/Lacunas (↓ baixa ou reduzida; ↑ alta ou elevada; {} falta; ∃ existência; ∄ inexistência; ↗ aumento; ↘ redução; → criar de novo ou equacionar)
EC 1	Promover a eficiência, alargando os limiares de abrangência do sistema de gestão de consumos intensivos energéticos	» Aumento do número de empresas registadas no Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE) » Redução do consumo de energia das empresas registadas no SGCIE (ktep) ⁱ	E (políticas): PNAEE 2016; PNAER 2020; SGCIE; Decreto-Lei 68-A/2015, de 30 de abril, Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril, (RGCIE) E (financeiro): POCI-COMPETE 2020, POSEUR; PO Norte; PO Centro; PO Lisboa; PO Alentejo; PO Algarve; FEE; PDR 2020; PRODERAM 2020; PRORURAL+ 2020 PFA: DGEG	Agricultura e florestas; Indústria transformadora e extrativa; Cidades e território; I&D&I	<p>↗ Reforçar articulação com DL 68-A nomeadamente na integração e cruzamento de dados entre as bases de dados SGCIE (empresas com consumos energéticos iguais ou superiores a 500 tep) e não-PME</p> <p>→ Criar rede informativa da indústria para divulgação de informação útil (estatísticas, case-studies, <i>benchmarks</i>, etc.) baseada nos dados do SGCIE (e outras fontes), bem como para facilitar o encontro entre a procura e a oferta de soluções de EE para a indústria</p> <p>→ Rever o RGCE Transportes de modo a conferir-lhe eficácia</p> <p>→ Identificar os entraves, nomeadamente regulatórios e de âmbito legal, que distorcem os incentivos à eficiência energética</p> <p>→ Desenvolver uma estratégia para a eletrificação dos consumos energéticos, como uma via para a eficiência energética, com base em análises custo-benefício</p> <p>↗ Possibilitar o estabelecimento de contratos com potência adequada a necessidades sazonais (por ex: período de rega vs. resto do ano)</p> <p>↗ Melhorar a informação e sua divulgação face ao veículo de divulgação - http://sgcie.publico.adene.pt/Paginas/default.aspx</p> <p>↗ Promover procura apoios do FEE face ao veículo de divulgação - http://www.pnaee.pt/fee</p> <p>↗ Promover a alteração/adaptação dos avisos FEE, critérios elegibilidade e montantes comparticipados, adequando-os às necessidades</p> <p>→ Analisar todos os apoios e subsídios atribuídos e em vigor e proceder a uma proposta de reajuste sempre que se considere mais adequado</p> <p>↗ Criar ferramenta complementar ao SGCIE que permita aumentar a eficiência na utilização final de energia sem perda de competitividade em instalações menores em dimensão de consumo mas que, no cômputo global podem significar reduções de consumo significativas</p> <p>→ Simplificar o SGCIE para aplicação a empresas não abrangidas</p> <p>Compatibilizar o SGCIE com norma ISO 50001</p> <p>↗ desenvolver mecanismos de ajuda às PME que vierem a ser abrangidas pelo SGCIE</p> <p>↗ Promover a simplificação e harmonização dos requisitos dos sistemas regulamentares aplicáveis às instalações</p> <p>↗ Melhorar mecanismo de avaliação do alinhamento dos incentivos com as necessidades</p>

Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	Plenário	Identificação de Ações ou Medidas e Linhas de Ação	59	18/05/2017

Ref. ^a	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para	Identifique, na perspetiva da sua organização, oportunidades, lacunas, constrangimentos ou dificuldades de implementação/execução Oportunidades/Lacunas (↓ baixa ou reduzida; ↑ alta ou elevada; {} falta; ∃ existência; ∄ inexistência; ↗ aumento; ↘ redução; → criar de novo ou equacionar)	
EC 2	Promover a eficiência energética na Administração Pública (AP) (incluindo na iluminação pública, edifícios e frotas), através de medidas de natureza tecnológica e de gestão dos sistemas	» Redução de consumo de eletricidade em iluminação pública » Redução de consumo de energia na AP (eletricidade e outras formas de energia), 30% em 2020 (relativamente a 2012) ⁱⁱ » Introdução de 1200 veículos elétricos até 2020 na AP	E (políticas): PNAEE 2016; PNAER 2020; Programa ECO.AP; ECO.mob; Iniciativa MAOTE-MEF E (financeiro): POCI-COMPETE 2020; POSEUR; PO Norte; PO Centro; PO Lisboa; PO Alentejo; PO Algarve; PFA: DGEG	Mobilidade e transportes; Cidades e território; I&D&I	↗ Promover renovação edifícios públicos para reduzir consumos - Projetos piloto ↗ Promove alteração <i>guidance note eurostat</i> para contratos ESE não sejam considerados dívida pública ↗ Promover alteração avisos FEE: critérios elegibilidade e montantes comparticipados, adequando-os às necessidades → Identificar os entraves, nomeadamente regulatórios e de âmbito legal, que distorcem os incentivos à eficiência energética → Desenvolver uma estratégia de análises custo-benefício dos consumos energéticos como uma via para a EE	{ } Levantamento estado edificado da AP { } Agilizar o Eco.AP { } Incentivo financeiro ↑ Limitações dos conhecimentos e competência técnica dos organismos relativamente à EE bem como do modelo de governação e autonomia decisória dos organismos → Impacte plurianual nos orçamentos → Investimento Empresas Serviços Energéticos considerado dívida pública no <i>eurostat</i> → Limite ao endividamento na Administração Local { } Cadastro da iluminação pública atualizado { } Identificação das entidades pertencentes à Administração Central (nomeadamente direta, indireta e autónoma) e que concorrem para o Programa.Eco.AP ∃ limitação à contrapartida pública do estado em projetos de eficiência energética aos fundos comunitários por implicarem encargos plurianuais { } Operacionalizar Eco.AP { } Informação sobre consumos de energia do setor público { } Melhorar divulgação de informação e a transparência
EC 3 ⁱⁱⁱ	Promover a eficiência energética no edificado	» Redução do consumo final de energia no setor Doméstico para habitação e no setor dos Serviços nos edifícios » Aumento da percentagem de edifícios novos com classificação energética A ou A+ » Aumento da percentagem de edifícios objeto de grande reabilitação com classificação energética B ou superior » % de incorporação de Fontes de Energia Renovável no consumo final bruto de energia: 31% em 2020 e 40% em 2030 » Custo médio (€/MWh) com a produção em Regime Especial (tecnologias renováveis)	E (políticas): PNAEE 2016; PNAER 2020; Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE); Iniciativa MAOTE E (financeiro): POCI-COMPETE 2020; POSEUR; PO Norte; PO Centro; PO Lisboa; PO Alentejo; PO Algarve PFA: DGEG	Agricultura e Florestas; Indústria transformadora e extrativa; Cidades e território; I&D&I	↗ Promover a aplicação do SCE edifícios na renovação edificado ↗ Escolha de materiais com base análise ciclo vida e duração edifício → Envolver a banca nos financiamentos da EE ↗ Promover o reforço da integração de requisitos do SCE nos novos instrumentos de reabilitação ↗ Reforçar a integração de energias renováveis no edificado ↗ Clarificação conceito de NZEB (<i>nearly zero energy buildings</i>) para adoção pelo mercado → Identificar os entraves, nomeadamente regulatórios e de âmbito legal, que distorcem os incentivos à eficiência energética → Desenvolver uma estratégia de análises custo-benefício dos consumos energéticos como uma via para a EE ↗ Promover alteração avisos FEE: critérios elegibilidade e montantes comparticipados, adequando-os às necessidades ↗ Promover a redução do IMI se a habitação tiver certificação energética ↗ Dar benefícios fiscais ou juros bonificados para implementação de medidas de EE ↗ Promover a melhoria comportamento energético edifícios	{ } Campanhas de informação destinadas a empresas de construção e agentes imobiliários ↑ Custo da certificação energética { } Campanhas de sensibilização eficientes em especial para consumidores residenciais { } Recursos à entidade competente, DGEG, para fiscalizar a publicitação imóveis { } Informação sobre o tema no geral, o desempenho energético de edifícios (monitorização), as medidas possíveis aplicar, os benefícios associados ↗ Casas alugadas onde o inquilino não pode decidir sobre a implementação de medidas de melhoria (da responsabilidade do proprietário ou dependente de autorização deste) ↓ Entendimento sobre o processo certificação { } Apoios dado o elevado potencial de melhoria existente

Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	Plenário	Identificação de Ações ou Medidas e Linhas de Ação	59	18/05/2017

Ref.ª	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para	Identifique, na perspetiva da sua organização, oportunidades, lacunas, constrangimentos ou dificuldades de implementação/execução Oportunidades/Lacunas (↓ baixa ou reduzida; ↑ alta ou elevada; { } falta; ∃ existência; ∄ inexistência; ↗ aumento; ↘ redução; → criar de novo ou equacionar)
EC 4	Aumentar a produção de energia renovável de baixo impacto, promovendo a utilização de tecnologias custo-eficientes que fomentem a competitividade	» % de incorporação de Fontes de Energia Renovável no consumo final bruto de energia: 31% em 2020 e 40% em 2030 » Custo médio (€/MWh) com a produção em Regime Especial (tecnologias renováveis)	E (políticas): PNAER 2020; PNAEE 2016; Iniciativa MAOTE E (financeiro): POCI-COMPETE 2020; POSEUR; PDR 2020; PRODERAM 2020; PRORURAL+ 2020 PFA: DGEG	Agricultura e Florestas; Indústria transformadora e extrativa; Cidades e território; I&D&I	<p>↗ Promover projetos de solar e eólico</p> <p>↗ Incentivos à produção diversificada de energia</p> <p>↗ Promover renovável descentralizada</p> <p>↗ Promover mecanismos de pagamento faseado de investimento em ER</p> <p>↗ Promover integração FER no parque residencial existente</p> <p>↗ Promover no quadro multifundos a alteração avisos: critérios elegibilidade e montantes comparticipados, adequando-os às necessidades</p> <p>→ Analisar todos os apoios e subsídios atribuídos e em vigor e proceder a uma proposta de reajuste sempre que se considere mais adequado</p> <p>→ Desenvolver plano estruturado para energia solar que integre uma cadeia de valor acrescentado para o país a ter em consideração nos planos nacionais</p> <p>↗ Operacionalização dos concursos de fornecimento de potência/energia/garantia de modo a promover a solução mais custo eficaz</p> <p>↗ Criar condições para promover renovação de centrais renováveis mais antigas e sua potenciação para tecnologias mais eficientes (dinamizar o mercado de garantia de origem)</p> <p>↗ Explorar sinergias entre energia, transportes, economia circular, agricultura, florestas, mar, indústria, inovação</p> <p>↗ Promoção da utilização de Biomassa para fins múltiplos (por exemplo: biocombustíveis de 2ª e 3ª geração) e do ciclo de produção de biogás (ex: aproveitamento dos efluentes pecuários), num contexto de economia circular</p> <p>↗ Apoio à I&D para o incremento do desenvolvimento tecnológico de fontes de energia renovável distintas (e.g. biomassa, eólico offshore, ondas, etc); Apoiar a subida de TRL das várias tecnologias em desenvolvimento em território nacional</p> <p>{ } Melhor definição da maturidade tecnologias de ER como por exemplo <i>Concentration Solar Power</i> (ficam excluídas do POSEUR)</p> <p>{ } Projetos I&D sobre previsão e gestão de fontes de ER</p> <p>{ } Ligação I&D indústria- academia no desenvolvimento fontes de energia renovável distintas (e.g. biomassa, eólico offshore, ondas, etc). As atuais fontes de financiamento H2020 são extremamente competitivas e não são de acesso fácil à maioria das entidades. As candidaturas ao PO SEUR são extremamente burocráticas, complexas e com critérios difíceis de atingir por parte de promotores.</p> <p>{ } Incentivos financeiros ao desenvolvimento de tecnologia que aumente a rentabilidade e promova a eficiência de energia renovável principalmente a partir de fontes distinta das fontes comuns</p> <p>{ } Realização um estudo sobre a potencialidade da diversificação energética em Portugal. Para garantir que as fontes ER podem ser uma alternativa aos combustíveis fósseis e suprimir as necessidades energéticas do país é necessário que estas sejam obtidas através de um mix de diferentes fontes, dado que algumas fontes de ER estão sujeitas à disponibilidade de recurso que pode ser variável (e.g. eólica, etc). Deve ser incentivada a diversificação dos projetos de ER. Faltam incentivos à promoção do mix energético.</p> <p>↑ Dificuldades no licenciamento projetos no mar. O processo de licenciamento implica o preenchimento de requisitos muito semelhantes aos de projetos industriais (e.g. AlncA, TUPEM- Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional), é extremamente moroso e complexo, principalmente se considerarmos que tratam de projetos piloto com financiamento extremamente escasso. Estes requisitos podem inviabilizar diversos projetos. Proposta: Adequar o nível de informação requerida à dimensão do projeto</p> <p>{ } Agilizar processo de autorizações ambientais das licenças de produção em regime especial, especificamente em projeto de pequena dimensão ou piloto e que promovam a diversificação de fontes energéticas. Proposta: Adequar o nível de informação requerida à dimensão do projeto</p> <p>{ } Rever o modelo do mercado no sentido de melhorar alocação do risco, em particular promovendo leilões para a atribuição de contratos de longo prazo</p> <p>{ } Conhecimento geral ou pelo menos divulgação, sobre as tecnologias, seu desempenho e custos</p> <p>↑ Custo inicial</p> <p>{ } Apoio ao conhecimento dos sistemas onde projetos de aproveitamento energético podem ocorrer para incrementar o conhecimento sobre eventuais impactes no uso do solo</p> <p>{ } Investigação e desenvolvimento de legislação que simplifique e acelere o licenciamento e instalação de projetos piloto fomentando o investimento internacional em Portugal e o desenvolvimento da cadeia de valor/ indústria. As barreiras não-tecnológicas são reconhecidamente um dos fatores mais impeditivos à implementação de aproveitamento de ER através de fontes diversificadas</p>

Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	Plenário	Identificação de Ações ou Medidas e Linhas de Ação	59	18/05/2017

Ref.ª	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para	Identifique, na perspetiva da sua organização, oportunidades, lacunas, constrangimentos ou dificuldades de implementação/execução Oportunidades/Lacunas (↓ baixa ou reduzida; ↑ alta ou elevada; {} falta; ∃ existência; ∄ inexistência; ↗ aumento; ↘ redução; → criar de novo ou equacionar)	
EC 5	Fomentar o autoconsumo de energia, evitando sobrecustos adicionais para o SEN – Sistema Elétrico Nacional	» 300MW de potência instalada em Unidades de Produção para Auto Consumo em 2020	E (políticas): PNAER 2020; PNAEE 2016; Iniciativa MAOTE; Decreto-Lei n.º 153/2014, de 20 de outubro, relativo à Produção Distribuída; E (financeiro): POCI-COMPETE 2020; PDR 2020; PRODERAM 2020; PRORURAL+ 2020; POSEUR	Agricultura e florestas; Indústria transformadora e extrativa; Cidades e território; I&D&I	<p>↗ Promover a eficiência do abastecimento e do consumo (produção-consumo)</p> <p>↗ Promover capacidade de produção renovável (tipicamente de origem solar)</p> <p>↗ “Democratizar” o acesso a produção de eletricidade, permitindo a entrada de novos <i>players</i> de pequena dimensão;</p> <p>↗ A longo prazo pode limitar as necessidades de investimento na RESP (rede elétrica de serviço público)</p> <p>↗ Promover a criação de emprego e contribuiu para formação, qualificação e desenvolvimento de recursos técnicos, nomeadamente ao nível das economias locais</p> <p>↗ Melhorar a sustentabilidade do SEN, uma vez que a remuneração é realizada ao preço de mercado;</p> <p>→ Permitir transação de garantias de origem</p> <p>↗ Promover no quadro multifundos a alteração avisos: critérios elegibilidade e montantes comparticipados, adequando-os às necessidades</p> <p>↗ Tornar mais célere a atribuição de licenças para instalação de energia renováveis, nomeadamente para sistemas de autoconsumo</p> <p>↗ Melhorar os mecanismos de financiamento para autoconsumo</p>	<p>{ } Regularizar a transação de garantias de origem</p> <p>{ } Compatibilizar a promoção do autoconsumo com a sustentabilidade do SEN e a justiça social, na medida em que o autoconsumo reduz o volume de receitas reguladas sem a correspondente redução de custos, implicando aumentos tarifários sentidos, em particular, por quem não investe em autoconsumo</p> <p>{ } Clarificar a possibilidade de transição de regime (por exemplo: de cogeração ou microgeração para autoconsumo)</p> <p>{ } Alargar as garantias para a instalação de sistemas de autoconsumo</p> <p>{ } Certificar instaladores de sistemas de autoconsumo</p>
EC 6 ^{iv}	Dinamizar o investimento em I&D&I na área de energia, mitigação e adaptação às alterações climáticas	<p>» Número de pedidos nacionais de patentes nas áreas tecnológicas definidas pelo <i>IPC Green Inventory</i> (Comité de Peritos da Classificação Internacional de Patentes)</p> <p>» Número de patentes nacionais concedidas e patentes europeias validadas em Portugal nas áreas tecnológicas definidas pelo <i>IPC Green Inventory</i> (Comité de Peritos da Classificação Internacional de Patentes)</p> <p>» Aumento da percentagem de investimento em I&D&I na área da energia relativamente ao PIB</p>	<p>E (políticas): Estratégia Nacional de investigação e inovação para uma especialização inteligente (ENI); Iniciativa MAOTE</p> <p>E (financeiro): Horizonte 2020; PDR 2020; PRODERAM 2020; PRORURAL+ 2020; POCI-COMPETE 2020; POSEUR</p> <p>PFA: DGEG</p>	Água; Resíduos; Agricultura e floresta; Mobilidade e Transportes; Indústria transformadora e extrativa; Cidades e território; Mar; Turismo; I&D&I	<p>↗ Diversificar fontes de energia</p> <p>↗ Diversificar medidas de mitigação e adaptação às climáticas (em coerência com o desenvolvimento da ENAAC)</p> <p>↗ Implementar projetos com indústria relevante</p> <p>→ identificar complementaridades entre opções da energia e redução de emissões</p> <p>→ Programas nacionais orientados para projetos piloto e de demonstração poderão a curto prazo introduzir tecnologias inovadoras de baixo carbono</p> <p>↗ Promover investigação aplicada</p>	<p>{ } Levantamento de dados de I&D e a nível de projetos para caracterização do que se faz a nível nacional</p> <p>{ } Financiamento para I&D na área da energia, designadamente para desenvolvimento tecnológico que permita aumentar a rentabilidade, promover a eficiência, diversificar as fontes de ER e contribuir para o aproveitamento do potencial energético nacional</p> <p>{ } Ligação I&D entre academia e empresas de modo a promover a investigação em áreas específicas (energia e alterações climáticas) e a respetiva transferência de conhecimento para o sistema económico</p> <p>{ } Conhecimento marinho. Falta informação sobre os sistemas onde os projetos são instalados. Reduzido apoio à I&D no meio marinho reflete-se em falta de dados que caracterizam exaustivamente o potencial energético do meio marinho e características físico & biológicas do meio</p> <p>{ } Melhorar a difusão dos resultados dos projetos I&D para melhor aproveitar esse conhecimento</p>

Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	Plenário	Identificação de Ações ou Medidas e Linhas de Ação	59	18/05/2017

Refª	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para	Identifique, na perspetiva da sua organização, oportunidades, lacunas, constrangimentos ou dificuldades de implementação/execução Oportunidades/Lacunas (↓ baixa ou reduzida; ↑ alta ou elevada; {} falta; ∃ existência; ∄ inexistência; ↗ aumento; ↘ redução; → criar de novo ou equacionar)	
EC 7	Fomentar a instalação economicamente viável de contadores inteligentes	» Percentagem de contadores inteligentes instalados em clientes em Baixa Tensão Normal (BTN) e na Iluminação Pública no parque total de consumidores de eletricidade em BTN em Portugal Continental	E (políticas): PNAEE 2016; Diretiva 2012/27/EU; Diretiva 2009/72/CE; Diretiva 2009/73/CE E (financeiro): POCL-COMPETE 2020; POSEUR PFA: DGEG	Agricultura e florestas; Indústria transformadora e extrativa; Cidades e território	↗ A controlabilidade e gestão da rede pelo ORD (operador de rede de distribuição) ↗ Maior facilidade de Introdução de serviços de automação ou domótica → Permite implementar a capacidade de <i>Demand Side Reponse</i> (DSR); → Permite implementação de estratégias de controlo e otimização da rede (ex. reconfiguração de redes). ↗ Promover a EE nos consumidores ↗ Promover no quadro multifundos a alteração avisos: critérios elegibilidade e montantes comparticipados, adequando-os às necessidades Facilita a inovação	{ } Análise custo benefício a elaborar pela ERSE (ERSE já efetuou essa análise ao abrigo da Diretiva 2009/72/CE . Em 2016 o Secretário de Estado da Energia mandou a ERSE para avaliar novamente o impacto económica da implementação dos contadores inteligente)
EC 8 ^v Iniciativa em stand by	Concretização do desígnio europeu para as interligações de energia elétrica	» Metas para interligações de energia elétrica com a Europa (fronteiras PT-ES e ES-FR): 10% até 2020 e 15% até 2030	E (políticas): Pacote Energia-Clima; Iniciativa MAOTE PFA: DGEG	Cidades e território; Promoção internacional	↗ Nível de segurança de abastecimento ↗ Integração mercado europeu ↗ Harmonização preços ↗ Escoamento excesso produzido de origem renovável ↗ Gestão mais eficiente de recursos	{ } Aprovação do PDIRT (Planos de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Transporte de Electricidade) ↑ Investimento associado
EC 9 ^{vi} Iniciativa em stand by	Promover projetos de exportação de energia elétrica a partir de produção com base em fontes renováveis para cumprimento de metas europeias	» Aumento do número de acordos de transferência estatística de energia renovável ou do número de projetos conjuntos » Aumento da energia anual exportada através de acordos bilaterais de transferência física ou estatística de eletricidade "renovável" (MWh)	E (políticas): Pacote Energia-Clima; Iniciativa MAOTE; Diretiva 2009/28/CE; Decreto-Lei n.º 39/2013, de 18 de março PFA: DGEG	Cidades e território; Promoção internacional	→ Promover o mix renovável nacional desde que integrado no mercado de garantia de origem	{ } Melhor caracterização da maturidade tecnologias especialmente CSP (<i>Concentrating Solar Power</i>) { } Aprovação do PDIRT { } Informação sobre outros países menos desenvolvidos para identificar oportunidades { } Avaliar a viabilidade económica da exportação de energia { } Clarificar regras do mercado e garantir que o consumidor não vai pagar os sobrecustos { } Clarificar o interesse desta iniciativa para Portugal
EC 10 ^{viii} Iniciativa em stand by	Estabelecer, no contexto europeu, o objetivo para as interligações de gás natural, posicionando Portugal como porta de entrada de Gás Natural Liquefeito (GNL) na Europa	» Concretização da 3ª interligação de gás entre Portugal e Espanha após confirmação de: interligação nos Pirenéus; obtenção do financiamento por parte da UE	E (políticas): Pacote Energia-Clima; Iniciativa MAOTE PFA: DGEG	Mobilidade e transportes; Cidades e território; Mar; Promoção internacional	↗ Nível de segurança de abastecimento ↗ Integração mercado europeu ↗ Harmonização preços ↗ Gestão mais eficiente de recursos	↑ Investimento associado { } De interligações ES-FR { } Definir objetivos para evitar sobrecapacidade desnecessária Depende de decisões europeias ↑ Condicionado à concretização do projeto MIDCAT { } Aprovação do PDIRGN

Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	Plenário	Identificação de Ações ou Medidas e Linhas de Ação	59	18/05/2017

Refª	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para	Identifique, na perspectiva da sua organização, oportunidades, lacunas, constrangimentos ou dificuldades de implementação/execução Oportunidades/Lacunas (↓ baixa ou reduzida; ↑ alta ou elevada; { } falta; ∃ existência; ∄ inexistência; ↗ aumento; ↘ redução; → criar de novo ou equacionar)
EC 11	Implementação do PNAC – Programa Nacional para as Alterações Climáticas	» Redução das emissões de GEE entre 18% (72,0 Mt CO ₂ eq.) e 23% (68,0 Mt CO ₂ eq.) em 2020 vs 2005 (valor 2005=87,8 Mt CO ₂ eq.), contingente aos resultados das negociações europeias » Redução das emissões de GEE entre 30% (61,5 Mt CO ₂ eq.) e 40% (52,7 Mt CO ₂ eq.) em 2030 vs 2005 (valor 2005=87,8 Mt CO ₂ eq.), contingente aos resultados das negociações europeias	E (políticas): Quadro Estratégico da Política Climática (QEPIC); Sistema Nacional de Políticas e Medidas (SPeM); ENAR2020 E (financeiro): Programas Operacionais do Portugal 2020; Horizonte 2020; LIFE PFA: APA	Água; Agricultura e florestas; Mobilidade e transportes; Indústria transformadora e extrativa; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Cidades e território; Turismo; Financiamento; I&D&I	→ Associar e articular em concordância a revisão do PNAER e PNAEE → Associar e articular com as medidas da ENAAC2020
EC 12	Integrar a adaptação nos Instrumentos de Gestão Territorial	» Número de municípios com PDM revistos que integram adaptação às alterações climáticas	E (políticas): Quadro Estratégico da Política Climática (QEPIC); ENAAC – Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (2.ª fase) E (financeiro): Programas Operacionais do Portugal 2020; Horizonte 2020; LIFE PFA: APA; DGT; ANMP	Água; Agricultura e floresta; Mobilidade e transportes; Indústria transformadora e extrativa; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Cidades e território; Turismo; Financiamento; Informação e participação	Integração questão da adaptação à definição e gestão dos projetos
EC13	Fomentar no contexto europeu a reforma do CELE, incluindo a rápida entrada em funcionamento da reserva de estabilidade de mercado	» Entrada em funcionamento da reserva de estabilidade	E (políticas): Meta Europeia: 40% de redução emissões de GEE em 2030, em comparação com as emissões de 1990 PFA: APA	Resíduos; Agricultura e floresta; Mobilidade e transportes; Indústria transformadora e extrativa; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Cidades e território; Financiamento; Promoção internacional; I&D&I	→ Promover a avaliação da implementação da diretiva CELE

Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	Plenário	Identificação de Ações ou Medidas e Linhas de Ação	59	18/05/2017

Refª	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para	Identifique, na perspetiva da sua organização, oportunidades, lacunas, constrangimentos ou dificuldades de implementação/execução Oportunidades/Lacunas (↓ baixa ou reduzida; ↑ alta ou elevada; { } falta; ∃ existência; ∄ inexistência; ↗ aumento; ↘ redução; → criar de novo ou equacionar)	
EC 14 ^{viii} Iniciativa em stand by	Defender, no contexto europeu, a promoção de projetos domésticos visando alcançar reduções de emissão custo-eficazes como um novo mecanismo de flexibilidade para CELE e não-CELE, dentro de limites definidos	» Adoção, a nível europeu, de um mecanismo de flexibilidade relativo a projetos domésticos	E (políticas): Meta Europeia: 40% de redução emissões de GEE em 2030, em comparação com as emissões de 1990 PFA: APA	Resíduos; Agricultura e floresta; Mobilidade e transportes; Indústria transformadora e extrativa; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Cidades e território; Financiamento; Promoção internacional; I&D&I; Informação e participação		{ } Fazer um levantamento das oportunidades dos projetos domésticos em Portugal. { } Fazer um <i>benchmark</i> de projetos semelhantes noutros países e partilhar estas boas práticas de forma a envolver o mercado.
EC 15	Promover a nível comunitário a adoção de taxas de carbono indexadas aos preços de licenças do CELE	» Recomendação da Comissão Europeia para a adoção de taxas de carbono indexadas aos preços de licenças do CELE nos sectores não CELE, no âmbito de políticas e medidas de baixo carbono	E (políticas): Reforma da Fiscalidade Verde PFA: APA	Agricultura e floresta; Mobilidade e transportes; Indústria transformadora e extrativa; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Financiamento; Promoção internacional; Fiscalidade; I&D&I	→ Receita gerada a utilizar para promover projetos de renováveis e EE (permitiria repartir os custos das renováveis por toda a energia). → Impacto positivo no ambiente, por captar efeitos virtuosos na economia fomentando o crescimento e o emprego verde (duplo dividendo) e no orçamento via redução da dependência energética e dos desequilíbrios externos (triplo dividendo).	{ } Aprofundar estudos de avaliação de impacto da taxa de carbono { } Clarificação dos apoios aos custos indiretos de carbono
EC 16	Promover a inclusão do setor "uso do solo, alterações do uso do solo e florestas" (LULUCF - <i>Land Use, Land-Use Change and Forestry</i>) nas metas europeias de redução de emissões	» Inclusão do setor LULUCF nas metas europeias de redução de emissões	E (políticas): Meta Europeia: 40% de redução emissões de GEE em 2030, em comparação com as emissões de 1990 PFA: APA	Agricultura e floresta; Mobilidade e transportes; Indústria transformadora e extrativa; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Cidades e território; Financiamento; Promoção internacional	→ A florestação (inclui reflorestação) e as técnicas agrícolas de conservação (pastagens permanentes, culturas permanentes) devem ser medidas prioritárias em função do CO2 sequestrado → Promover a ligação do uso do solo com a energia e o clima (nomeadamente, uso de ER na agricultura, agricultura intensiva versus disponibilidade de água e afetação do solo, agricultura de subsistência vs florestação, biocombustíveis, entre outros)	

Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	Plenário	Identificação de Ações ou Medidas e Linhas de Ação	59	18/05/2017

(continuação da tabela)

Ref.ª	Possíveis financiamentos	Dos instrumentos de enquadramento (coluna D) indique outras ações ou medidas que possam contribuir para os resultados da iniciativa	Identifique os contributos que podem dar para operacionalizar a iniciativa e possíveis sinergias com outras entidades ou com outras medidas	Outros aspetos ou sugestões relevantes
EC 1	<ul style="list-style-type: none"> * FEE (Fundo de Eficiência Energética) * FAI (Fundo de Apoio à Inovação) * PPEC (Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica) * Fundo Ambiental (Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de Agosto) * PO Norte, PO Centro, PO Lisboa; PO Alentejo e PO Algarve; * PDR2020 (para EE e ER em explorações agrícolas e indústria agro alimentar) 	<ul style="list-style-type: none"> → Aumento da sensibilização das empresas abrangidas para a importância do SGCIE → Revisão e estabilização do quadro legal que regula esta matéria → Aumento da monitorização nesta matéria → Melhoria do sistema de qualificação dos técnicos reconhecidos → Melhor articulação entre entidades da administração central com responsabilidade neste sistema (ADENE e DGEG) → Criação de sistemas de incentivos eficazes às empresas → DL 68-A/2015 → Revisão do RGCE Transportes → Criação de Rede Informativa da Indústria → Revisão do SGCIE → Criação de mecanismos regulatórios que promovam a "Demand Response" em cooperação com o DSO e TSO. 	<p>ADENE</p> <ul style="list-style-type: none"> → Apoio técnico na revisão do SGCIE → Formação de técnicos (SGCIE, ISO 50001, IPMVP, etc.) → Produção e divulgação de informação (base de dados SGCIE) → Divulgação de boas práticas → Articulação com os técnicos e empresas auditoras registadas na operacionalização de medidas/ políticas <p>DGEG</p> <ul style="list-style-type: none"> → Revisão do SGCIE <p>DGAE</p> <ul style="list-style-type: none"> → Alterar os procedimentos inerentes à atribuição de financiamentos do PNAEE de modo a promover a utilização do financiamento e a obtenção de resultados <p>GEOTA</p> <ul style="list-style-type: none"> → Identificar ferramentas de apoio mais adequadas <p>DGADR</p> <ul style="list-style-type: none"> → Na área específica da Agricultura, redução de custos e consumos de energia, aumentar a eficiência no consumo, consumo inteligente de energia, melhoria da eficiência energética na utilização da água para rega, bem como a produção e utilização de energia renováveis. 	<ul style="list-style-type: none"> → Adaptações necessárias ao portal do SGCIE, gerido pela Adene → Compatibilização entre o SGCIE e a norma ISO 50001 → O indicador de sucesso para as iniciativas de eficiência energética não poderá ser a redução do consumo de eletricidade (a redução de consumo é de todas as formas de energia), na medida em que há ganhos de eficiência que provêm da eletrificação de consumos não elétricos (por exemplo, veículos elétricos, bombas de calor, etc.).
EC 2	<ul style="list-style-type: none"> * FEE * FAI * POSEUR * PPEC * Fundo Ambiental (Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de Agosto) * FNRE (Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado) * FRCP (Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial) * PO Norte, PO Centro, PO Lisboa; PO Alentejo e PO Algarve; A. Central; * IFRRU2020 (Inst. Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbana) 	<ul style="list-style-type: none"> → Criar projetos de parceria entre empresas com grandes frotas e empresas da indústria automóvel para desenhar projetos inovadores → Criação de um <i>Revolving Fund</i> destinado a apoiar a implementação de medidas EE na AP → Compatibilização dos apoios com os limites ao endividamento → Promover a complementaridade entre diferentes incentivos (p.e. auditorias + investimento corpóreo) → Alteração da <i>Guidance Note do Eurostat</i> para que os contratos ESE não sejam considerados dívida pública → Valorização da figura do Gestor Local de Energia → Articulação entre Eco.AP e Eco.mob → Compatibilização dos atuais e dos novos contratos de concessão da rede de baixa tensão com a implementação de projetos de eficiência energética na iluminação pública → Criar sistema que permita caracterizar e avaliar a evolução dos consumos 	<ul style="list-style-type: none"> → Resultados do projeto Europeu "RePublic_ZEB – Reabilitação dos Edifícios Públicos na direção nZEB" (LNEG) → Associadas BCSD disponíveis para projetos piloto de gestão de frotas ou de EE edifícios <p>ADENE</p> <ul style="list-style-type: none"> → Apoio técnico e assessoria aos organismos do Estado no estudo e implementação do Eco.AP → Transmissão/utilização da experiência adquirida no desenvolvimento de projetos no âmbito do Eco.AP → Formação (ou atualização da formação) de novos Gestores Locais de Energia → Atividades de comunicação e divulgação de boas práticas → Apoio à adoção de critérios de eficiência energética na aquisição de bens, serviços e empreitadas (incluindo com eSPap) <p>interação com DGTF pela DGEG</p> <p>GEOTA</p> <ul style="list-style-type: none"> → Identificação de ferramentas de apoio adequadas 	<ul style="list-style-type: none"> * Articulação com entidades gestoras do património edificado (DGTF, Secretarias-Gerais, etc.)

Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	Plenário	Identificação de Ações ou Medidas e Linhas de Ação	59	18/05/2017

Ref.ª	Possíveis financiamentos	Dos instrumentos de enquadramento (coluna D) indique outras ações ou medidas que possam contribuir para os resultados da iniciativa	Identifique os contributos que podem dar para operacionalizar a iniciativa e possíveis sinergias com outras entidades ou com outras medidas	Outros aspetos ou sugestões relevantes
EC 3	<ul style="list-style-type: none"> * FEE * POSEUR * IFRRU (Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas) * FNRE (Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado) * Casa Eficiente * Programa CapaCITar * PO Norte, PO Centro, PO Lisboa; PO Alentejo e PO Algarve * FAI * PPEC 	<p>→ Um dos passos para aproximar a Banca ao financiamento da eficiência energética nos edifícios pode passar por ser a Banca a contribuir para a análise das auditorias realizadas aos imóveis a reabilitar.</p> <p>→ Maior e melhor sensibilização para as empresas detentoras ou arrendatárias de edifícios de serviços</p> <p>→ Aumento da monitorização nesta matéria.</p> <p>→ Melhoria do sistema de qualificação dos peritos qualificados.</p> <p>→ Melhor articulação entre entidades da administração central com responsabilidade neste sistema (ADENE e DGEG)</p> <p>→ Rollout do programa de instalação de <i>smart meters</i> (contadores inteligentes) nos consumidores residenciais, para assegurar a gestão da procura e a eficiência energética.</p> <p>→ Criação de sistemas de incentivos eficazes às empresas e aos particulares.</p> <p>→ Reforço da obrigatoriedade de aplicação de requisitos de eficiência energética aos elementos intervencionados no âmbito de pequenas reabilitações</p> <p>→ Incentivo/exigência de técnicos formados/qualificados como parte da garantia de qualidade da obra</p> <p>→ Promover a comparticipação da própria indústria na comunicação e nos incentivos a disponibilizar</p> <p>→ Rever/atualizar a legislação para reconhecimento de técnicos de instalação de sistemas de ERs (solar, biomassa, bombas de calor, etc.)</p> <p>→ Aplicação de taxa de IVA reduzida à mão de obra na reabilitação urbana</p>	<p>LNEG</p> <p>→ Trabalho desenvolvido no âmbito de projetos como o CA-RES (http://www.lneg.pt/iedt/projectos/554/) e o <i>Build-up skills</i> (http://www.lneg.pt/iedt/unidades/20/paginas/104)</p> <p>BCSD</p> <p>→ Apoiar a divulgação e promoção do potencial de redução de consumo de energia, de CO2 e de poupanças monetárias associadas com base nas auditorias energéticas efetuadas</p> <p>ADENE</p> <p>→ Disponibilização de informação e dados de mais de 1 milhão de edifícios certificados pelo SCE</p> <p>→ Alinhamento da atuação dos 1500 peritos qualificados com estratégia de incentivos</p> <p>→ Comunicação e promoção sobre EE no edificado</p> <p>→ Certificado energético como ferramenta para monitorização da reabilitação energética</p> <p>DGAE</p> <p>→ Alterar os procedimentos inerentes à atribuição de financiamentos do PNAEE de modo a promover a utilização do financiamento e a obtenção de resultados</p> <p>GEOTA</p> <p>→ Identificar ferramentas de apoio mais adequadas</p>	<p>→ Disponibilização a cada contribuinte, através do Portal das Finanças, do acesso ao(s) certificado(s) SCE emitido(s) para o(s) seu(s) imóvel(eis)</p> <p>DECO</p> <p>Iniciativas dizem respeito ao parque edificado existente: 1) Promover a diminuição dos custos com AQS, através de sistemas de regulação de caudal; 2) Reabilitação do simulador Casa+ como forma de demonstrar os benefícios da certificação energética; 3) Criação de um serviço que possibilite a obtenção de conselhos/medidas de melhoria para quem não está a trocar de casa, ou seja sem necessidade de pedir o certificado energético; 5) criação de mecanismos para dinamizar o sistema de certificação energética, por forma a que se venha a revelar útil mesmo para quem não tem necessidade de o solicitar; 6) Criação de mecanismos de incentivo à colocação de sistemas passivos que promovam a redução das necessidades energéticas do edificado</p>
EC 4	<ul style="list-style-type: none"> * POSEUR * Horizonte 2020 * Portugal2020 	<p>→ Articulação entre entidades para projetos I&D</p> <p>→ Repetição da medida solar térmico de 2009</p> <p>→ Incentivo à instalação solar térmico onde não há GN</p> <p>→ Promover pagamentos faseados</p>	<p>LNEG</p> <p>Estudos exemplificativos das maturidades das diferentes tecnologias existentes. Informação recolhida na base de projetos nacionais e europeus em que o LNEG participa. Por exemplo, no sector, da Energia Solar de Concentração o LNEG está envolvido em três grandes projetos europeus: STAGE-STE (http://www.stage-ste.eu/) e EU-SOLARIS (http://www.eusolaris.eu/).</p> <p>BCSD potenciar projetos I&D nesta área</p> <p>ITQB parceiro para projetos com indústria relevante</p> <p>WAVEC partilha de conhecimento</p> <p>participação em ações para promover ER</p> <p>DECO</p> <p>na elaboração, análise e concretização das propostas do GTT;</p> <p>- na análise jurídica aos mecanismos propostos, tendo em conta o ponto de vista do Consumidor;</p> <p>- na disponibilização de ferramentas de apoio à tomada de decisão;</p> <p>- na divulgação das medidas entretanto acordadas aos seus associados e ao público em geral</p> <p>DGAE</p> <p>→ Alterar os procedimentos inerentes à atribuição de financiamentos do PNAEE de modo a promover a utilização do financiamento e a obtenção de resultados</p> <p>GEOTA</p> <p>→ Identificar ferramentas de apoio mais adequadas</p>	

Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	Plenário	Identificação de Ações ou Medidas e Linhas de Ação	59	18/05/2017

Ref.ª	Possíveis financiamentos	Dos instrumentos de enquadramento (coluna D) indique outras ações ou medidas que possam contribuir para os resultados da iniciativa	Identifique os contributos que podem dar para operacionalizar a iniciativa e possíveis sinergias com outras entidades ou com outras medidas	Outros aspetos ou sugestões relevantes
EC 5	* PDR2020 (Medida M 3.2.1 e M 3.3.1)	→Regulamentação de um mercado de transação garantias de origem Transmitir a mensagem de melhoria da Imagem de responsabilidade social das empresas relativamente a sustentabilidade e redução de emissões.	BCSD Os associados do BCSD do setor da Banca podem criar apoios específicos associados a campanhas em parceria, por exemplo, com operadores de energia e outros, premiando os melhores projetos com benefícios fiscais DECO disponível para elaboração, análise e concretização das propostas do GTT; análise jurídica aos mecanismos propostos, tendo em conta o ponto de vista do Consumidor; na disponibilização de ferramentas de apoio à tomada de decisão; na divulgação das medidas entretanto acordadas aos seus associados e ao público em geral GEOTA →Identificar ferramentas de apoio mais adequadas DGADR →Na área específica da Agricultura, redução de custos e consumos de energia, aumentar a eficiência no consumo, consumo inteligente de energia, melhoria da eficiência energética na utilização da água para rega, bem como a produção e utilização de energia renováveis.	
EC 6	* Criação de concursos pela FCT * POSEUR * Horizonte 2020 * Portugal2020 * PDR 2020 (Ação 1.1 e operações 3.2.1 e 3.3.1)	→ É necessário influenciar a academia para investigação, por exemplo, em energia solar, em infraestruturas que venham a suportar a gestão hídrica do país em termos de abastecimento de água e agricultura. → O setor do turismo pode e deve também impulsionar estes temas. → Desenvolver - com base em cenários climáticos existentes para Portugal - análises específicas sobre o impacto das alterações climáticas em setores críticos como as telecomunicações, a energia, a água, o turismo, a mobilidade e outros, para apoio à definição de medidas de adaptação específicas, canalizando assim os projetos de I&D&I em aspetos materiais para o País. →Roadmap integrado do SET-Plan, tem já ações concretas para a implementação de I&D e demonstração de várias tecnologias renováveis, e ações concretas específicas a eficiência energética em edifícios, comunidades e indústria, no sentido de diminuir as emissões de gases que provocam o efeito de estufa → Licenças das entidades gestoras de resíduos podem contribuir para investigação em I&D	BCSD → Participar em, parcerias de divulgação e financiamento de projetos I&D ITQB parceiro para projetos com indústria relevante WAVEC Partilha de experiência sobre ER no mar Participação em ações que possam vir a promover a produção de energias renováveis; Disseminação de informação relativa às energias renováveis marinhas. Formação de linhas de investigação nas Universidades Portuguesas que possam abranger aspetos relacionados com a implementação de energia renovável. GEOTA colaborar em trabalhos científicos	→ Promoção de <i>workshops</i> de discussão com partilha de experiências e resultados entre várias entidades que conduzissem a estruturação de iniciativas colaborativas orientando atividades para objetivos concretos e pré-estabelecidos.
EC 7	* POSEUR	→ Portaria n.º 231/2013 (Estudos sobre a implementação de <i>smart meters</i>)	DGEG Iniciativa INOV GRID	
EC 8 Iniciativa em stand by	* POSEUR * Horizonte 2020 * Portugal2020 * Fundos comunitários (Connecting Europe Facility – CEF) * Banco Europeu de Investimento (ex: European Funds for Strategic Investments – EFSI, ...) ver financiamentos	→ Fundamental acompanhar as negociações e o grupo regional de alto nível (HLG) para o Sudoeste Europeu e defender a posição de PT. PT e ES não atingiram o nível mínimo de interligações no Mercado Interno de Energia. Deverá especialmente ser aumentada a capacidade entre ES-FR → Aprovação do PDIRT → Incorporação dos projetos a nível de TYNDP; → Portugal deve definir uma estratégia comum e de <i>lobbying</i> , através da ativa participação nas reuniões técnicas e políticas europeias e do HLG das interligações. → Portugal deve participar ativamente na preparação de Regulamentos e diretivas da EC, que influenciam as regras de acesso ao mercado e às interligações.	DGEG → Aprovação PDIRT → Acompanhar as reuniões do HLG, e em todos os fóruns e reuniões, nomeadamente internacionais, dar nota da importância das interligações entre a PI e França.	A 4 de março de 2015 foi assinada em Madrid entre os Chefes de Estado de Portugal, Espanha, França e o Presidente da Comissão Europeia, a Declaração de Madrid, que, entre os objetivos, estabeleceu a criação de um Grupo regional de Alto Nível (HLG) para o Sudoeste Europeu em matéria de interligações, onde este tema é acompanhado.

Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	Plenário	Identificação de Ações ou Medidas e Linhas de Ação	59	18/05/2017

Refª	Possíveis financiamentos	Dos instrumentos de enquadramento (coluna D) indique outras ações ou medidas que possam contribuir para os resultados da iniciativa	Identifique os contributos que podem dar para operacionalizar a iniciativa e possíveis sinergias com outras entidades ou com outras medidas	Outros aspetos ou sugestões relevantes
EC 9 Iniciativa em stand by	* POSEUR * Horizonte 2020 * Portugal2020		LNEG participa em projetos europeus neste domínio e na infraestrutura nacional INIESC (coordenada pela U. Évora) tendo <i>know-how</i> para apoio a esta iniciativa. BCSD licenciamento de projetos de investimento para integrar FER para exportação WAVEC estudos sobre a situação energética dos países importadores e identificação de oportunidades e dificuldades para empresas nacionais	
EC 10 Iniciativa em stand by	* Fundos comunitários (<i>Connecting Europe Facility – CEF</i>) * Banco Europeu de Investimento (ex: <i>European Funds for Strategic Investments – EFSI, ...</i>)	→ Aprovação PDIRGN → fundamental acompanhar as negociações e o grupo regional de alto nível (HLG) para o Sudoeste Europeu e defender a posição de PT. PT e ES não atingiram o nível mínimo de interligações no Mercado Interno de Energia. Deverá especialmente ser aumentada a capacidade entre ES-FR	→ Aprovação PDIRGN → Acompanhar as reuniões do HLG, e em todos os fóruns e reuniões, nomeadamente internacionais, dar nota da importância das interligações entre a PI e França.	A 4 de março de 2015 foi assinada em Madrid entre os Chefes de Estado de Portugal, Espanha, França e o Presidente da Comissão Europeia, a Declaração de Madrid, que, entre os objetivos, estabeleceu a criação de um Grupo regional de Alto Nível (HLG) para o Sudoeste Europeu em matéria de interligações, onde este tema é acompanhado.
EC 11	* PDR 2020 * POSEUR * LIFE * Horizonte2020	→ As empresas com boas práticas no combate às alterações climáticas deveriam ter mais-valias nos concursos públicos, que cada vez deveriam privilegiar mais as preocupações ambientais → 1º Pilar da PAC: Pagamento <i>greening</i> , Pagamento aos prados permanentes e superfícies de interesse económico, Condicionalidade - Boas práticas agrícolas e ambientais. PDR2020: Medida 7 - Agricultura e Recursos Naturais: Ação 7.4 - Conservação do solo; Ação 7.7 – Pastoreio extensivo; Ação 7.9 – Mosaico Agroflorestal, através do apoio à adoção de práticas agrícolas com efeitos diretos nas alterações climáticas, nomeadamente o sequestro de carbono no solo. Medida 8 – Proteção e reabilitação de povoamentos florestais: Operação 8.1.1 – Florestação de terras agrícolas e não agrícolas (apoio aos custos de florestação/criação de zonas arborizadas) e Operação 8.1.2 – Instalação de Sistemas Agroflorestais, (apoio à instauração e à manutenção de sistemas agroflorestais), tendo a floresta um papel importante enquanto sumidouro de carbono, contribuindo para a redução dos impactos das emissões dos gases com efeito de estufa. Medida 3 - Valorização da produção agrícola - operação 3.2.1 – Investimento na exploração agrícola e 3.3.1 - investimento transformação e comercialização de produtos agrícolas, no âmbito do apoio a produção de renováveis.	→ Explorar o potencial de redução de energia e emissões, em diversos setores de atividade com base em soluções tecnológicas que já existem e que têm provas dadas (ver projeto Economia de Baixo Carbono - Soluções <i>made in Portugal by BCSD</i>) na redução de consumo de energia, emissões de CO2 e de custos. (http://www.bcsdportugal.org/areas-de-atividade/ebc) → Metodologia que inclua uma avaliação relacionada com o impacto expectável das mudanças dos padrões de mobilidade dos destinatários das medidas, bem como as externalidades ambientais e energéticas. → Definição de prioridades, identificação de projetos adequados e desadequados, negociação de medidas de incentivo.	
EC 12	* PDR 2020 * POSEUR * LIFE * Horizonte2020	→ ENAAC 2020 → Mapeamento dos perigos com origem climática, bem como a consequente alteração e adaptação dos principais instrumentos de política e gestão territoriais → Elaboração de orientações técnicas com vista a assegurar a integração da adaptação às Alterações Climáticas nos instrumentos de gestão territorial	→ Desenvolver parcerias entre os setores mais vulneráveis às alterações climáticas e os setores que tenham meios materiais e de engenharia disponíveis para encontrar as soluções mais adequadas → Definição de orientações para o planeamento e decisão em matéria de ordenamento do território, gestão do litoral, sistemas de incentivos, instrumentos de planeamento	

Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	Plenário	Identificação de Ações ou Medidas e Linhas de Ação	59	18/05/2017

Ref.ª	Possíveis financiamentos	Dos instrumentos de enquadramento (coluna D) indique outras ações ou medidas que possam contribuir para os resultados da iniciativa	Identifique os contributos que podem dar para operacionalizar a iniciativa e possíveis sinergias com outras entidades ou com outras medidas	Outros aspetos ou sugestões relevantes
EC13		Participação ativa nos grupos de trabalho existentes		
EC 14 Iniciativa em stand-by				
EC 15				
EC 16	* PDR 2020 * POSEUR * LIFE * Horizonte2020	GPP 1º Pilar da PAC: Pagamento <i>greening</i> , Pagamento aos prados permanentes e superfícies de interesse económico, Condicionalidade - Boas práticas agrícolas e ambientais. PDR2020: Medida 7 - Agricultura e Recursos Naturais: Ação 7.4 - Conservação do solo; Ação 7.7 – Pastoreio extensivo; Ação 7.9 – Mosaico Agroflorestal, através do apoio à adoção de práticas agrícolas com efeitos diretos nas alterações climáticas, nomeadamente o sequestro de carbono no solo. Medida 8 – Proteção e reabilitação de povoamentos florestais: Operação 8.1.1 – Florestação de terras agrícolas e não agrícolas (apoio aos custos de florestação/criação de zonas arborizadas) e Operação 8.1.2 – Instalação de Sistemas Agroflorestais, (apoio à instauração e à manutenção de sistemas agroflorestais), tendo a floresta um papel importante enquanto sumidouro de carbono, contribuindo para a redução dos impactos das emissões dos gases com efeito de estufa. Medida 3 - Valorização da produção agrícola - operação 3.2.1 – Investimento na exploração agrícola e 3.3.1 - investimento transformação e comercialização de produtos agrícolas, no âmbito do apoio a produção de renováveis.	Definição de prioridades, avaliação e execução de medidas para eliminar más práticas e promover boas práticas	

ⁱ Recomenda-se a revisão da informação de monitorização e funcionamento solicitada às instalações abrangidas pelo SGCI e a desagregação setorial desta informação no futuro de modo a conhecer os perfis de consumo setoriais que melhor suportem tomadas de decisão.

ⁱⁱ O Indicador de Sucesso 2 refere “eletricidade e outras formas de energia” para abranger a totalidade do universo que a iniciativa pretende alcançar. Contudo, a fração “outras formas de energia” não é abrangida por nenhuma obrigação de monitorização ou reporte de forma sistemática. Assim sendo, esta fração do universo será monitorizada da forma mais completa que for possível e o Ponto Focal de Acompanhamento (PFA) explorará as possibilidades existentes de modo a melhorar os dados disponíveis tendo sempre em consideração que o dado mais relevante conhecer é o da totalidade das formas de energia. O PFA aferirá, anualmente, a possibilidade de reporte e/ou avaliação desta fração do indicador.

ⁱⁱⁱ Recomenda-se a revisão futura dos indicadores definidos no sentido de tecnicamente clarificar o seu significado e melhorar a sua monitorização.

^{iv} A iniciativa tem como objetivo “dinamizar o investimento em I&D&I nas áreas da energia e da mitigação e adaptação às alterações climáticas” o que não é coerente com os IS definidos originalmente no CCV, designadamente o IS3 relativo ao investimento na área da “energia”. Sendo relevante melhorar o conhecimento da dinâmica da I&D&I, o PFA em articulação com o GTT, desenvolverá metodologia para monitorizar o IS3 recolhendo informação junto da ANI e da FCT. Recomenda-se ao GTT estudar as propostas de novos indicadores designadamente sobre artigos publicados sobre as temáticas da EC6 e o número de projetos de I&D&I apoiados nestas áreas.

Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	Plenário	Identificação de Ações ou Medidas e Linhas de Ação	59	18/05/2017

^v O indicador permite monitorizar a iniciativa, contudo, a iniciativa deve manter-se em *stand-by* uma vez que esta se encontra a ser acompanhada noutros fóruns a nível europeu, alvo de negociações políticas entre estados-membro da UE e que não depende apenas de políticas definidas a nível nacional. Acresce que, não existe ainda uma metodologia clara e harmonizada a nível europeu para definição da capacidade de interligação (apesar de já ter sido criado um grupo técnico específico para estudar este assunto e definir uma metodologia de cálculo - *Expert Group on electricity interconnection targets*, criado pela Decisão da Comissão de 3 de março de 2016). O Ponto Focal de Acompanhamento efetuará, anualmente, ponto de situação para aferir a manutenção, ou não, desta iniciativa e/ou do seu indicador de sucesso.

^{vi} Adicionalmente, o Ponto Focal de Acompanhamento irá explorar, futuramente e conjuntamente com o GTT, a possibilidade de monitorizar um indicador de sucesso definido de modo a avaliar a percentagem de tempo em que efetivamente se verifica constrangimento na interligação em ambos os sentidos nas fronteiras PT-ES e ES-FR.

^{vii} A iniciativa mantém-se em *stand by*, já que a temática desta iniciativa implica a definição de acordos de transferência estatística ou física que até à data não foram usados por Portugal. De referir que em 2016 não existem acordos de transferência estatística de energia renovável havendo apenas manifestações de interesse de projetos conjuntos. O Ponto Focal de Acompanhamento efetuará, anualmente, ponto de situação para aferir a manutenção, ou não, desta iniciativa e/ou dos seus indicadores de sucesso.

^{viii} A iniciativa mantém-se em *stand by* pois sendo acompanhada em outros âmbitos/fóruns (a nível europeu) e alvo de negociações políticas entre estados-membros da UE e que não depende apenas de políticas definidas a nível nacional. O Ponto Focal de Acompanhamento efetuará, anualmente, ponto de situação para aferir a manutenção, ou não, desta iniciativa e/ou do seu indicador de sucesso.

Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	Plenário	Identificação de Ações ou Medidas e Linhas de Ação	59	18/05/2017